

Religiosos na Tzavá (Material de Alice Roitman. Revisão: Juliana Katz)

Histórico

Quando o Estado de Israel foi criado, Ben Gurion permitiu ao pequeno grupo de estudantes de *Yeshiva charedim* (ultraortodoxos) que viviam no país – cerca de 400 – que não servissem o Exército. Esse arranjo ficou conhecido como *Torato Omanuto* - תורתו אומנותו – “A Torá é a sua arte”, querendo dizer que os judeus ultraortodoxos deveriam dedicar-se exclusivamente ao estudo de Torá. A partir de 1977, quando o Likud subiu ao poder no país, o limite para o número dessas isenções foi retirado, e a cada ano o número de jovens que deixavam de servir o exército foi crescendo. Desde então, o tema voltou à discussão diversas vezes na Knesset.

Durante cinquenta anos, essas isenções foram dadas pelo Ministro da Defesa, e não tinham previsão em uma lei. Em **1998**, a Suprema Corte determinou que esse acordo deveria ser formalizado numa lei, pois o Ministro não teria competência para dar isenções do serviço militar sem fundamento em uma regra aprovada democraticamente. Formou-se, então, a “Comissão Tal” – *Vaadat Tal* em hebraico – (presidida pelo juiz aposentado Tzvi Tal), encarregada de estudar a situação dos alunos das *yeshivot* (academias de estudos religiosos ultraortodoxas), e elaborar uma proposta.

O projeto apresentado pela *Vaadat Tal*, e aprovado pela Knesset em 2002, permite que quem demonstrar que dedica seu tempo integralmente ao estudo religioso seja exonerado oficialmente do serviço. Porém, além da isenção, haveria ainda a possibilidade de interromper os estudos aos 23 anos para tentar ingressar no mercado de trabalho – ao contrário do que ocorria antes, quando quem deixasse a *yeshivá* era imediatamente mobilizado para o exército. Pela **Lei Tal**, o jovem que decide interromper os estudos religiosos tem um ano para decidir se realmente quer trabalhar – nesse caso deve cursar um treinamento militar breve e elementar – ou voltar à *yeshivá*. Aqueles que deixarem de estudar em qualquer idade, não importa qual seja a causa, podem escolher entre diversos tipos de serviços, criados especialmente para lhes permitir seguir apegados a sua forma de vida.

Essa proposta tinha o objetivo de dar uma alternativa aos *charedim* que não tivessem vocação para o estudo, bem como de possibilitar e estimular sua integração na economia através do ingresso no mercado de trabalho. A lei foi aprovada em **2002 para um período de 5 anos, e em 2007 foi prorrogada por mais 5 anos**. Porém, o que aconteceu nesses 10 anos de experiência é que uma pequena porção dos estudantes de *yeshivá* realmente aproveitou esse ano de experiência, e na prática, o número de homens *charedim* que se recusam a servir o exército chegou a mais de 60.000 pessoas em 2014.

Em 21 de fevereiro de 2012, a Suprema Corte de Israel julgou a *Lei Tal* inconstitucional, decidindo que ela não poderia ser novamente prorrogada, porque viola o princípio da igualdade – num país democrático, não se pode tratar os cidadãos de forma tão diferente. Sua validade acabou em **agosto de 2013**, teoricamente acabando com o sistema de isenções para estudantes de *yeshivá*. A Knesset e os diversos grupos políticos e religiosos, então, tentaram achar uma solução para essa questão, gerando grandes conflitos.

Após as eleições de 2013, foi criada uma nova proposta a ser mantida até 2017. Os partidos *Yesh Atid*, comandado nesse momento por Yair Lapid (um dos grandes líderes contra a isenção do alistamento para ultraortodoxos) e *Habayit HaYehudi*, encabeçado naquele então por Naftali

Bennet, escreveram uma emenda para que até 2017 todos os estudantes de yeshivot fossem isentos do alistamento, porém depois disso existiria uma cota mínima de alistamento, sendo a comunidade passível de sanções criminais caso não cumprissem com ela.

Em 2015, o novo governo, com partidos charedim na coalizão, acrescenta à lei um período de ajuste/transição até 2020, com um adicional de três anos, nos quais as cotas de alistamento existiriam, mas não seriam obrigatórias, além de conceder ao Ministro da Defesa a autoridade de isentar estudantes de yeshivá do projeto. Ademais, o critério para determinação de quem é estudante de yeshivá ou não foi ampliado: agora qualquer pessoa que tivesse uma educação charedí por no mínimo dois anos entre as idades de 14 a 18 anos seria considerado “população charedí” para o cálculo das cotas de alistamento. Isso significa que vários jovens que já haviam saído da comunidade ultraortodoxa ainda seriam considerados parte desta na hora de considerar as cotas, o que antes não era possível.

Em setembro de 2017, foi decidido que a lei valeria por apenas mais um ano e que depois disso uma nova legislação entraria em vigor. De acordo com a nova lei, uma cota de estudantes de yeshivot seriam obrigados a entrar no serviço militar. As cotas seriam mais baixas no princípio, porém aumentariam ano após ano, a fim de dobrar o número de charedim que participam do exército até 2027, sendo o número de alistamentos por ano crescendo de 3.700 (2017) para 6.844. A partir do segundo ano da lei em vigor, o não cumprimento das cotas será punido. A punição aumentaria proporcionalmente ao tempo de descumprimento da lei (ou seja, quanto mais tempo demorar para atingir a cota, maior será a pena) e ao número de pessoas faltante para o preenchimento total das cotas exigidas (isto é, quanto menos pessoas alistadas, maior a pena).

Essa lei gerou muitas discussões, sendo ela uma das causas do conflito que levou a quebra da coalizão vigente até 2018, gerando novas eleições no início de 2019. Essas discussões foram também a causa para o fracasso do Likud em formar uma nova coalizão no prazo estipulado após as eleições de abril, uma vez que Ariel Liebermann – o líder do partido Israel Beiteinu – afirmou só formar parte do novo governo – e assim garantir a Netanyahu a maioria necessária – caso a nova lei seja aprovada e os charedim entrem no exército. Desde então, a lei permanece em discussão na Knesset (isto é, não foi votada). No momento, há esperança dos dois lados de formar uma nova coalizão na Knesset que vote contra ou a favor da lei.

Discussão

A controvérsia acerca de se quem estuda a Torá dia e noite deve servir ou não ao exército e trabalhar existe já faz muito tempo. Nunca na história judaica as correntes religiosas ortodoxas estiveram tão unidas e reforçadas, agindo com protestos e pressão contra o governo. Essa atuação nunca tinha acontecido antes, sobretudo, porque até agora os próprios religiosos jamais estiveram de acordo entre eles mesmos.

Muitos dos laicos apoiam que os ortodoxos não sejam obrigados a servir ao exército argumentam que em um país autenticamente democrático não pode fazer uso de métodos coercitivos para impor o cumprimento do serviço militar a grupos que, por ideologia e forma de vida, são completamente contrários a ele.

Os que eram a favor da obrigatoriedade do serviço militar para os charedim - não somente laicos, mas também religiosos nacionalistas - argumentam também que um Estado verdadeiramente democrático não pode discriminar tão injustamente seus cidadãos. Assim, em caso de exoneração do serviço militar para judeus ortodoxos, o Estado deveria também exonerar

estudantes de outras carreiras não menos exigentes e talvez mais úteis à sociedade, assim como pacifistas, opositores da política do governo, entre outros. Além disso, sustentam que os benefícios econômicos recebidos pelos alunos das *yeshivot* são tão elevados que muito poucos se sentiriam atraídos pela possibilidade de ganhar a vida de outra maneira, e, portanto, jamais sairiam da bolha social de sua própria comunidade.

Como podemos comprovar, também a respeito deste tema existem dentro de Israel as mais diversas opções. Poderíamos agregar que existem numerosas *yeshivot* cujos alunos, ortodoxos-sionistas, combinam os estudos com um serviço militar sério, prolongado e altamente exitoso; posteriormente se dedicam às mais diversas profissões, ganhando seu sustento como o resto dos cidadãos.

Os *charedim* acreditam que a Torá protege Israel, e que estudar Torá é melhor do que o serviço militar. Além disso, têm medo dos efeitos negativos do serviço militar, que poderia causar um afastamento de parte dos jovens *charedim* dos valores da comunidade. O desafio que se coloca é como, por um lado, dividir de forma justa a responsabilidade por sustentar o país entre todos os cidadãos, mas, por outro lado, não desrespeitar grupos culturais e religiosos que têm seus próprios valores e o direito de viver de acordo com eles.

Para agravar a situação, a dedicação aos estudos religiosos faz com que poucos *charedim* sequer terminem o ensino médio, o que naturalmente os exclui do mercado de trabalho, ainda que na idade adulta decidam, voluntariamente, procurar um emprego. Nesse cenário, seu sustento provém de verba governamental, somado ao salário de suas esposas (em geral pequeno, já que realizam trabalhos de menor qualificação) e a auxílio de entidades assistenciais ultraortodoxas.

Entre a população judaica não-*charedí*, é crescente a sensação de injustiça e de revolta com a isenção concedida aos ultraortodoxos. Eles não aceitam ter de servir no Exército e pagar pesados impostos enquanto os *charedim* são livres dessas obrigações. Tal situação é percebida pela maioria da população como uma injusta distribuição do chamado "fardo nacional"; a responsabilidade social que cada cidadão tem pela coletividade.

No último ano, a questão da "igualdade do fardo nacional" foi levantada por diversos atores políticos, especialmente pelo partido Yesh Atid, de Yair Lapid, que conseguiu aprovar uma lei em março de 2014 com um programa para acabar com as isenções do serviço militar, apesar da resistência das lideranças ultraortodoxas.

No entanto, a questão continua sendo fruto de inúmeros conflitos e muitos temem que a nova lei seja fonte de confrontos que ameçam aprofundar as divisões entre ultraortodoxos e o restante da sociedade israelense. Caberá à Knesset debater as melhores soluções para a inclusão dos *charedim* e a justa distribuição do "fardo social".

Serviço Nacional Juvenil (Sherut Leumi – Shlomit)

Desde sua criação em 1948, o alistamento para realizar o serviço militar é obrigatório para todos os cidadãos, homens e mulheres. Porém de fato, o alistamento em Israel foi mais seletivo: os árabes muçulmanos e cristãos estão isentos do serviço militar (porque não se pode forçá-los a lutar contra seus "irmãos" em países vizinhos), drusos e circassianos são alistados e os beduínos podem decidir fazer ou não o serviço militar, e a grande maioria deles opta por ingressar ao exército.

Ao largo dos anos, e devido a uma sensibilidade especial em relação ao extermínio do judaísmo central-europeu pelos nazistas, os diversos governos de Israel tiveram que ceder à pressão política dos partidos judaicos ultraortodoxos, concedendo uma quantidade limitada de isenções sobre a prestação do serviço militar para estudantes de *yeshivá*. Além disso, as autoridades rabínicas oficiais proibiram a participação no serviço militar de jovens mulheres religiosas.

Em 1953, a Knesset, o parlamento Israelí, aprovou a **Lei do Serviço Nacional Juvenil (SNJ)**, que estabelecia a prestação de um serviço juvenil de dois anos, obrigatório para quem não servia o exército. Esta lei nunca foi aplicada. O Serviço Nacional Juvenil está baseado em uma lei aprovada em 1970, que oferecia uma alternativa não militar a jovens mulheres judias religiosas. Ao invés de gerir a lei diretamente, o governo preferiu delegar sua administração e regulação a organizações não governamentais (ONGs) especialmente estabelecidas para essa função.

Até 1993, havia duas organizações operando o Serviço Nacional Juvenil. Ambas recrutavam somente jovens mulheres judias religiosas. As voluntárias estavam obrigadas a assistir sessões de educação partidária e deviam participar em atividades religiosas, que variavam entre as organizações.

Em 1993, se estabeleceu uma nova organização chamada Shlomit, que vê no SNJ uma oportunidade para fortalecer voluntários provenientes de camadas sociais menos favorecidas, que se viram excluídos pelo exército israelense.

Outra forma de prestação disponível para jovens em Israel é o “ano de serviço”, o *Shnat Sherut* em hebraico. Consiste em um ano de trabalho, entre o fim dos doze anos de educação obrigatória (Ensino Fundamental ao Ensino Médio) e o começo do serviço militar. Diferentemente dos participantes do *Sherut Leumi*, os voluntários desta modalidade não recebem nenhuma ajuda econômica.

A *Lei Tal* criou um precedente legal ao reconhecer o serviço nacional civil como uma alternativa ao serviço militar para os homens. E mais: abriu a porta para uma participação menos sectária e mais inclusiva da juventude israelense no Serviço Nacional Juvenil. Agora a lei foi derrubada, mas uma nova proposta pode aproveitar o *Sherut Leumi* como uma alternativa válida

O exército de Deus não mata ninguém

Na segunda semana de setembro de 2013, Jerusalém foi o cenário de uma manifestação de milhares de judeus ortodoxos que protestavam contra o veredito da Suprema Corte que se expediu contra a eximção de jovens ortodoxos do serviço militar. Os confrontos com a polícia foram violentos e, mais uma vez, diferentes setores da sociedade israelense como parlamentares, grandes rabinos, juizes, políticos, ONGs, militares, jornalistas e a sociedade civil como um todo foram obrigados a se posicionar em relação ao que em Israel se conhece como *shivión ba'netel* (igualdade em carregar o fardo nacional).

Mas, o que significa “igualdade em carregar o fardo”? Essa expressão surgiu há não mais de uma década e parte do pressuposto de que na sociedade israelense, inclusive na sociedade israelense judaica, existem cidadãos de primeira e segunda categoria, já que, enquanto uns estão obrigados a se alistarem no exército, outros são eximidos de fazê-lo. A reivindicação de dividir o fardo em partes iguais é uma demanda dos setores seculares do país, que pagam altos impostos para sustentar uma população que, em sua maioria, nem trabalha, nem serve no exército. “Igualdade em carregar o fardo” tem como objetivo que, apesar das profundas rupturas nacionais,

étnicas e religiosas da sociedade israelense, prevaleça o princípio universal de que todos os cidadãos são iguais perante a lei, tanto para receber direitos como para cumprir os deveres exigidos pelas diferentes instituições do Estado.

A história da isenção dos homens ortodoxos do serviço militar (obrigatório para todos os cidadãos israelenses judeus) é longa e começa antes do estabelecimento do Estado de Israel em 1948. Um ano antes, com a partilha da Palestina no horizonte, Ben-Gurion assinou um acordo com o partido ultraortodoxo Agudat Israel no qual se comprometeu a respeitar quatro demandas dos setores ortodoxos no que diz respeito à herança religiosa judaica que vigoraria no futuro Estado Judeu. Uma delas foi a liberação dos estudantes ortodoxos de fazer o serviço militar. Em 1947, ano da assinatura do documento que posteriormente ficou conhecido como Status Quo, o número de jovens dispensados do serviço militar era de umas poucas centenas. Hoje a situação mudou, e o número dos jovens ortodoxos dispensados do serviço militar atinge milhares. Segundo dados do Exército de Defesa Israelense, 27,7% dos homens que não servem no exército são judeus ortodoxos.

Diante desta situação, em diversas oportunidades, houve tentativas de coagir os ortodoxos a servir no exército, seja através de comissões que estudaram a fundo a questão, como a Comissão Tal em 1998, seja através de uma acolhida especial aos poucos ortodoxos que por própria vontade se alistaram no exército, criando unidades especiais para eles. Contudo, essas medidas não conseguiram incorporar massivamente os jovens ortodoxos em idade de servir no exército, fenômeno que fez crescer o mal-estar entre os setores seculares e, em menor medida, entre o setor identificado com o nacionalismo religioso.

A razão das manifestações foi um veredito da Suprema Corte de Justiça liderada pela juíza Miriam Naor, com uma maioria de oito contra um, segundo o qual a lei que exige os ortodoxos de servir no exército caducará em um ano. É relevante citar a descrição dos juizes da Suprema Corte em relação à lei em questão: "ela discrimina entre homem e homem, entre sangue e sangue". (Haaretz, 12/9)

Com certeza essa não será a última manifestação multitudinária de judeus ortodoxos reivindicando privilégios para seu setor e/ou repudiando vereditos e decisões de órgãos estatais. Devemos lembrar que os partidos ortodoxos não reconhecem a legitimidade da Suprema Corte israelense e, por isso, não se sentem compelidos a acatar suas resoluções. Privilégios como o de não servir no exército têm diversas funções simbólicas entre as quais destaco duas. A primeira é manter intactas as fronteiras do "gueto ortodoxo", evitando que jovens observantes interatuem com judeus seculares no cotidiano e, conseqüentemente, possam questionar o modus vivendi ortodoxo. A segunda é reforçar o status marginal da ortodoxia na sociedade israelense desvinculando-se de uma das instituições mais importantes e prestigiosas do Estado de Israel, Estado que muitos ortodoxos sequer reconhecem como entidade política. Finalmente, embora haja muitas outras considerações a serem discutidas, para as lideranças ortodoxas os judeus observantes que estudam nas yeshivot são os verdadeiros defensores do povo de Israel e não os soldados das forças de defesa israelenses.

Ao olho aguçado de quem conhece a sociedade israelense e suas múltiplas facetas, a implementação da lei no ano próximo não estará isenta de violência física e verbal (esta última, principalmente por parte dos grandes rabinos e seus representantes políticos no Parlamento), e provavelmente sequer seja implementada no intuito de evitar aprofundar a brecha entre os setores ortodoxo e secular na sociedade israelense. Outro tópico que ameaça o cumprimento da lei é que ela colocaria em risco a coalizão governista do momento na qual, como sempre aconteceu na história do país, os partidos ortodoxos formarão parte.